RESENHA DE *DYNAMIC ANTISYMMETRY*, DE ANDREA MORO

Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)

Andrea Moro é um pesquisador italiano renomado, conhecido no final dos anos 90 por seu trabalho primoroso sobre as construções copulares, mas também no século XXI por seu envolvimento com a neurociência cognitiva e seu esforço para instituir um centro de estudos de cognição na Itália, como é o Departamento de Ciências Cognitivas da Universidade San Raffaele, do qual é um dos fundadores.

Sua produção científica é de peso e abrange os campos da neurociência e da sintaxe formal. Talvez sua obra mais conhecida seja em sintaxe, o livro *The raising of predicates*, publicado em 1997 pela Cambridge University Press. Mais recentemente, fundado em seu interesse pela relação entre a sintaxe e o cérebro, pautou uma discussão muito interessante sobre línguas possíveis e impossíveis em seu livro *The Boundaries of Babel: The brain and the enigma of impossible languages*, publicado pelo MIT Press e que já está em sua segunda edição.

Seu livro *Dynamic Antisymmetry*, também publicado pelo MIT Press no ano 2000, é um daqueles livros que sem dúvida defendem hipóteses e apresentam teorias interessantes para o tratamento dos dados, mas impressionam sobretudo porque fazem um exercício intelectual que todos os intelectuais deveriam fazer de tempos em tempos: tomar uma hipótese qualquer, seja ela desenvolvimento de algum trabalho de outro pesquisador ou não, e levá-la às suas últimas consequências. Fazendo isso, certos conhecimentos que temos como estabelecidos se veem subitamente em xeque e o resultado é uma visão muito mais clara da ampla rede de articulações internas à teoria, suas limitações e suas belezas. Atente-se para o fato de que não se trata de um livro longo (142 páginas incluindo referências bibliográficas e um índice de autores e matérias), o que quer dizer que esse exercício é feito de maneira extremamente objetiva.

No caso do presente livro, a ideia que Moro vai perseguir a fim de mostrar todos os seus desdobramentos é a de que o movimento em sintaxe é fruto da necessidade que temos de linearizar as sequências na interface com a fonologia. Observemos já de saída o quanto essa ideia tem de original: como o próprio autor observa, na literatura da área, movimento e estrutura frasal são artefatos teóricos

independentes. Além disso, historicamente as operações de movimento são vistas como ligadas de um modo ou de outro à semântica (movemos sintagmas interrogativos, por exemplo, para criar a configuração de operador-variável, apropriada para a interpretação das questões). Moro, adotando uma versão mais fraca da antissimetria de Kayne (1994), entende que o movimento é um modo de resgatar as estruturas frasais que exibem pontos de simetria quando chegam a PF (isto é, na interface com a fonologia). Como base empírica de prova dessa hipótese, o autor lança mão da sintaxe do alçamento em construções de *Small Clauses* (nas quais é especialista!) e no conjunto de estruturas interrogativas que exibem movimento de um sintagma WH.

A organização do livro é crucial para o sucesso da empreitada de convencimento do leitor. Por isso, o autor começa, no primeiro capítulo, com uma discussão bastante detalhada das teorias de movimento que temos na literatura, pois parece inexorável toda gramática ter algum modo para lidar com o fato de que interpretamos elementos em lugares diferentes daqueles em que os pronunciamos. Um mecanismo de deslocamento é um modo rápido e seguro de lidar com esse fato.

Em teoria gerativo-transformacional, a ideia de movimento é constitutiva e a discussão sobre ela está já bastante avançada. Podemos nos colocar questões sobre como o movimento é desencadeado e por que todas e apenas as línguas humanas possuem essa propriedade. De modo geral, a resposta para o porquê se liga às exigências interpretativas, enquanto as respostas para o como se dividem entre tentar estabelecer uma tipologia de movimento (núcleos, projeções máximas argumentais, ...) e tentar estabelecer uma teoria restritiva do poder desse mecanismo (por exemplo, teorias de localidade do movimento).

O desdobramento recente do programa gerativo, conhecido como Programa Minimalista (doravante PM) procura estabelecer uma relação entre o como e o porquê do movimento, que é a noção de interpretabilidade: o movimento é desencadeado pela necessidade de apagar um traço não interpretável de algum item. Mas uma pergunta anterior é: como sabemos que houve movimento? Intuitivamente, diz Moro, usamos um critério distribucional (comparamos, por exemplo, sentenças declarativas com sentenças interrogativas WH). Mas isso não basta: precisamos de uma teoria científica, que nos forneça evidências teóricas. Assim, teoria temática, vinculação, propriedades da Forma Lógica (doravante LF), se todos esses domínios exibem fenômenos com as mesmas restrições de localidade, temos aí um bom argumento em defesa da existência de movimento.

Os fenômenos que Moro (2000) vai escolher para ilustrar certas características das análises clássicas são aqueles que indiscutivelmente envolvem movimento, como é o caso da teoria do Caso e do movimento WH. Embora Caso seja tratado por meio do Filtro do Caso (cf. Rouveret e Vergnaud 1979) e o movimento WH por meio do Critério-WH (cf. Rizzi 1997), é possível pensar que um critério é um filtro que exige mapeamento um a um, posto que escolhe a relação entre o especificador e o núcleo como relação central. Contudo, se todo Critério é formulado em termos de exigências morfológicas, o que é crucial no PM, então todos os movimentos são motivados pela morfologia – essa é a asserção que o autor vai colocar em xeque.

O PM se pergunta por que há movimento. É uma imperfeição das línguas, já que, se não houvesse traços não interpretáveis também não haveria movimento – no PM, traços não interpretáveis devem ser apagados e só podem sê-lo em configurações específicas, alcançadas de diferentes maneiras a depender da versão do PM que está em jogo. Em versões mais recentes, por exemplo, *Move* é na verdade a soma de duas operações: *Merge* + *Agree*. Ora, se é assim, movimento seria uma operação de último recurso, já que seria menos custoso usar só *Merge* ou só *Agree*. O ponto do livro de Andrea Moro, no entanto, é mostrar que uma teoria de movimento baseada em ditames morfológicos está fadada ao fracasso, mesmo que guiada pela exigência em LF da Interpretação Total (*Full Interpretation*); ao contrário, uma hipótese a ser perseguida é a que defende que os princípios que forçam o movimento estão na interface com a forma fonológica (doravante PF). Essa hipótese deve contar com uma versão enfraquecida do Axioma de Correspondência Linear (doravante LCA) para ser implementada, mas as vantagens e as belezas dessa tentativa são evidentes, garante Moro.

A Teoria de Princípios e Parâmetros tradicional entendia que havia independência entre a ordem linear e a hierarquia das construções e por isso foi necessário formular parâmetros que determinassem de algum modo a linearização nas diferentes línguas. O parâmetro da ordem (*Head-complement parameter*) é talvez um dos parâmetros mais famosos – e dos mais controversos também, pelas mais variadas razões, incluindo uma certa rigidez imposta pela própria Teoria X-barra.

A teoria da antissimetria de Kayne (1984) procura estabelecer algum liame entre hierarquias e linearizações e uma das consequências do LCA é que a hierarquia universal é especificador-núcleo-complemento. O LCA tem certos aspectos técnicos também que devem ser observados, segundo Moro. A noção mesma de relação é digna de nota: trata-se de um subconjunto de um conjunto que consiste de todos os pares ordenados de elementos pertencentes aos dois conjuntos. Para Kayne, a ordenação linear é uma relação binária especial que crucialmente possui três propriedades: é transitiva, é total e é antissimétrica. Precedência é uma ordenação linear definida sobre um conjunto de nós terminais, enquanto c-comando assimétrico é uma ordenação linear local que se define sobre um conjunto de nós não terminais. Por seu turno, dominância é uma relação *d* que se estabelece entre o conjunto de pares ordenados de nós não terminais e o conjunto de pares ordenados de nós terminais. Se A for o maior conjunto de pares de não terminais <X,Y> tal que X c-comanda Y mas Y não c-comanda X, LCA = d(A) é uma ordenação linear.

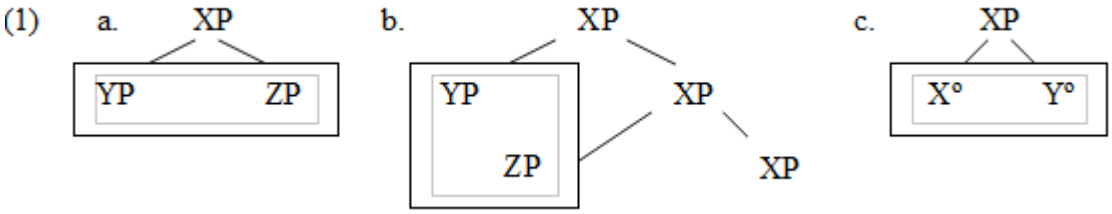
Como se pode observar imediatamente, o LCA interliga nós terminais e nós não terminais. Por hipótese o LCA é capaz de derivar todas as propriedades da arquitetura da frase, estipuladas pela teoria X-barra. Por exemplo, um núcleo não pode tomar outro núcleo como complemento, porque essa seria uma estrutura completamente simétrica que não se linearizaria de forma nenhuma. Por outro lado, há estruturas de que aparentemente as línguas se valem mas que são barradas pelo LCA. Um caso trivial seria o de uma projeção de um núcleo X que no nível X' possui um complemento e que no nível XP possuiria um especificador, como o IP, por exemplo. A saída de Kayne (1994) foi redefinir c-comando levando em conta a diferença entre categorias e segmentos; agora, para que X c-comande Y, é preciso que X e Y sejam categorias (não segmentos), que nenhum segmento de X domine Y e que

toda categoria que dominar X também domine Y. É preciso dizer ainda que especificadores e adjuntos são agora o mesmo tipo de entidade e que o LCA impõe o grande máximo de um especificador/ adjunto por sintagma. Assim, o LCA admite apenas um único tipo de constituinte – aquele em que uma projeção XP possui um adjunto ZP e seu núcleo X admite um complemento YP.

O LCA foi pensado para se aplicar em todo o conjunto de representações sintáticas. Mas essa é uma questão para Andrea Moro: será que se trata de uma asserção empiricamente correta? Para Moro, a linearização é um fenômeno de interface com PF e portanto o LCA só deveria ser ativado em *spell-out*. Os pontos de simetria formados antes seriam "salvos" por operações de movimento. Dito de outro modo, dado que vestígios são invisíveis em PF, o movimento neutralizaria um ponto de simetria. Nessa nova visão, chamada Antissimetria Dinâmica (doravante AD) exatamente porque envolve movimento, duas coisas devem ser levadas em conta: a primeira é que, sendo o movimento desencadeado pela busca de antissimetria, ele não é mais entendido como motivado por razões de cunho semântico, mas é visto agora como um subproduto automático da linearização; a segunda é que essa afirmação é muito forte, porque o movimento envolve uma série de domínios muito distintos da gramática, mas de qualquer modo é de valor explorar a hipótese de que movimento deriva da estrutura sintagmática.

O terceiro capítulo do livro em tela vai se dedicar a explicar como exatamente a teoria da AD funciona. Na verdade, o autor tem duas frentes de trabalho abertas: a primeira consiste em argumentar contra a teoria de movimento baseada em checagem de traços não interpretáveis; a segunda consiste em mostrar qual é o desenho geral da teoria e qual é a sua base empírica.

Nesta teoria, só existem núcleos Xº e projeções máximas XPs e, portanto, três são os pontos de simetria possíveis – eles estão nos boxes das representações em (1), que são também o exemplo (1) do original:



(1a) instancia as *Small Clauses* (doravante SCs); (1b) representa as estruturas com especificadores múltiplos e (1c), as estruturas em que um clítico é complemento de um verbo. Supostamente, em todos esses casos o movimento poderia salvar as configurações da simetria, mas a pergunta que se coloca antes de mais nada é: essas estruturas podem ser geradas? Evidentemente, a resposta depende do que dizemos sobre a operação *Merge*: se ela simplesmente toma dois objetos sintáticos e fornece um objeto único, (1b) e (1c) poderiam ser gerados, afirma o autor. (1a) já é um caso mais delicado, porque *Merge* deve fornecer um rótulo K para o *output* da operação que concatena α e β. As duas possibilidades são ou o rótulo ser α (ou β) ou alternativamente o produto da operação receber um rótulo do tipo <α, α>, típico da adjunção que forma uma categoria de dois segmentos. Crucialmente, *Merge* não admite rótulo misto; é, assim, uma operação assimétrica.

E quando nem α nem β projetam? Para Moro, é essa combinação "neutra" em termos de rótulo que é realizada pelas SCs. E é preciso dizer que nos muitos anos de desenvolvimento da gramática gerativo-transformacional a estrutura de uma SC foi hipotetizada em inúmeros contextos (construções inacusativas e possessivas, complementos de verbos de percepção, relativas reduzidas, etc.). A todos esses contextos é comum um conjunto de propriedades: (i) não parecem projetar um núcleo funcional; (ii) a sua distribuição é diferente da distribuição de seus componentes; e (iii) ainda que conecte um sujeito com um predicado, o resultado tem estatuto sintático de uma sentença.

Tentou-se de várias formas refinar essa primeira representação para as SCs dada em (1a), seja regularizando as SCs com respeito à Teoria X-barra, seja reduzindo as SCs a casos de adjunção ao predicado. Moro prefere ficar com a formulação clássica de (1a) mesmo assumindo que é preciso distinguir dois tipos de SCs: o que ele chama de *bare small clause* (que é complemento de uma cópula) da *rich small clause* (complemento de verbos como *believe*). A razão para essa distinção ficará clara adiante. Neste momento, basta notar que, para qualquer das SCs, a propriedade fundamental é nenhum dos seus membros projetar, o que dá Ø como rótulo e a representação formal seria algo como K = {<Ø>, {α, β}, uma representação que capta a intuição de que na SC não prevalece nem o sujeito nem o predicado.

Assumir (1a) como representação para as SCs, no entanto, nos deixa com um problema frente ao LCA: se YP possui um núcleo Y e um complemento QP e também ZP possui um núcleo Z e um complemento RP, tanto z precede y quanto y precede z. O mesmo problema enfrenta (1b); só (1c) deve se deparar com um problema diferente, porque nenhum nó assimetricamente c-comanda o outro e por isso o conjunto A é vazio e portanto d(A) também é vazio. De qualquer modo, para Moro, as três estruturas de (1) são desencadeadoras de movimento e na verdade elas estão presentes em mais construções do que pensamos normalmente. Por exemplo, para ele as construções interrogativas WH também instanciam SCs.

Nesse ponto, o autor deve apresentar a sua argumentação contra uma teoria de movimento que use a morfologia como motivação. No PM, o sujeito é gerado dentro do VP (em Spec *v*P) com um traço de NOM não interpretável, o que força o movimento desse DP para Spec IP onde o traço é checado e apagado – a ideia é implementada de diferentes formas nas diferentes versões do PM, mas é fundamentalmente a mesma. Contudo, nas estruturas DP V DP onde V é uma cópula, observa-se que qualquer dos dois DPs pode terminar na posição pré-verbal – (2a) é uma sentença copular canônica e (2b) e (2c) são copulares inversas, traduções para o português dos exemplos (14a), (14b) e (16) do original:

(2) a. O João é a causa da revolta.
b. A causa da revolta é João.
c. A causa da revolta sou eu.

Por hipótese a cópula toma a estrutura (1a) como complemento; a derivação da copular canônica (2a) se dá pelo movimento do DP que ocupa a posição de sujeito da SC e a de (2b), a copular inversa, pelo movimento do DP predicado da SC. Contudo, como atesta (2c), no caso da copular inversa quem recebe NOM é o DP sujeito da SC, que em português também é quem desencadeia a concordância verbal. Imaginar um movimento coberto para checagem de NOM aqui é ir contra uma das generalizações mais robustas sobre as estruturas copulares: o sujeito da SC inversa é completamente opaco a movimento.

Para a AD, as SCs são pontos de simetria e é isso que desencadeia o movimento: uma maneira de neutralizar um polo da simetria é torná-lo uma categoria vazia. No entanto, há um problema com essa ideia: se temos uma SC na complementação de verbos como *considerar*, como explicar a ausência de movimento de um dos dois DPs para eliminar a simetria da construção? A hipótese de Moro é que há aqui uma estrutura mais rica que a da SC de sentenças copulares, para o que há três tipos que evidências: (i) advérbios que são itens de polaridade (exigindo, portanto, a presença de uma projeção funcional FP em cujo Spec serão licenciados), possíveis na complementação de *believe* mas não na das copulares (inversas); (ii) marcadores predicativos como *as* em inglês ou *come* em italiano, novamente possíveis na complementação de *believe* mas não na de cópulas; (iii) cliticização de *lo* (o clítico não flexionado) em italiano na complementação das copulares, mas não na de *believe*, o que o autor atribui à Minimalidade Relativizada: o clítico se move como XP nos passos intermediários e se há uma FP na complementação de *believe* ele deveria saltar seu Spec, ocasionando agramaticalidade. A conclusão é direta: se há uma FP ali dentro, não há ponto de simetria para ser neutralizado e assim não há movimento.

O caso mais importante para a discussão, todavia, é o do movimento WH. Que tipo de simetria poderia haver em *which books has John read?* que force movimento do objeto para a posição inicial da sentença? Moro explora a possibilidade de haver simetria dentro do próprio sintagma interrogativo, dado que várias línguas exibem o fenômeno do *splitting* do sintagma WH, onde se vê claramente o item WH alçado sozinho. Evidentemente, essa hipótese requer revisão da análise tradicional dos sintagmas como *which book*, segundo a qual *which* é visto como Dº, a par com *the* ou *every*. No entanto, nem *the* nem *every* podem sofrer *splitting* com respeito ao nome que acompanham, o que leva Moro a explorar a associação semanticamente motivada entre *which books* e *books of this type*, que o autor supõe também ser sintática, ou seja, suas configurações de geração são similares. A ideia é atribuir uma estrutura como (3c) às sentenças (3a) e (3b) – respectivamente exemplos (36b), (37) e (38) do original:

(3) a. John read books of this type.
b. John read this type of books.
c. John read [... of [$_{SC}$ books this type]

(3c) mostra um ponto de simetria que deve ser neutralizado para que a estrutura possa ser linearizada e as duas opções de alçamento fornecem as sentenças (3a) e (3b).

A solução coloca vários problemas, incluindo o mesmo problema de seleção que Moro discutiu com respeito a *believe*: *read* não pode selecionar complementos oracionais. Se *read* sempre seleciona um DP, a solução é tomar *of* como ocupante de Dº (uma asserção bem pouco convencional) e tirar partido de uma possibilidade no italiano (mas também no português e em outras línguas românicas) de que Dº selecione um complemento oracional – no caso, um complemento oracional que é formado por *merge* de dois XPs que não projetam mais.

Voltando à analogia com os sintagmas interrogativos, a proposta é que *which books* tenha a estrutura [$_{SC}$ books which], e daí o movimento de *which* é necessário para desfazer a simetria, como nas sentenças copulares. Note, contudo, que aqui não há a estrutura copular canônica, mas apenas a inversa (nas construções de *splitting*) ou então *pied-piping* de toda a SC (o que sugere que, quando

which é movido de dentro da SC para se adjungir a um XP mais alto, essa nova configuração também exibe ponto de simetria). Mas por que o movimento de toda a estrutura de SC (já com o movimento do sintagma interrogativo) seria a estrutura preferida pelas línguas ao invés do *splitting*? Moro atribui essa preferência a condições de licenciamento de vestígios (cf. Rizzi 1990), dado que, em uma língua como o holandês, que admite *splitting*, o sintagma WH possivelmente ocupa Spec PP (*voor* é um Pº em *wat voor*), mas em italiano, por exemplo, *quali* (em *quali libri*) é alçado para Spec DP (o mesmo DP que se assume para evitar o problema da seleção que *which books* colocaria caso fosse visto como o complemento oracional de *read*). Ora, Dº é o único núcleo que regeria o vestígio de *quali* e não chega a ser surpreendente que este não seja um regente apropriado, sendo necessário agregar aqui outras condições de licenciamento – por exemplo, concordância com o núcleo local, por hipótese a estratégia usada pelo inglês ou francês para a extração da posição de sujeito nas frases com tempo. Se esta abordagem se prova consiste ou não é uma questão empírica que apenas o estudo das estruturas interrogativas vai poder mostrar.

Outra fonte potencial de simetria em sintaxe são as construções com múltiplos especificadores. Na formulação tradicional da teoria X-barra, um núcleo estabelece dois tipos de relação dentro de sua projeção máxima: núcleo-complemento e especificador-núcleo; os adjuntos estão posicionados de tal forma que c-comandam (assimetricamente) o núcleo, mas são incapazes de estabelecer relações como a de concordância[1].

A AD admite que *merge* possa gerar construções com múltiplos especificadores/adjuntos, mas prevê operações de movimento intervindo de modo a deixar apenas um especificador/adjunto por núcleo. O caso mais interessante é o das interrogativas, em particular pela assimetria que se observa entre sujeitos e objetos com respeito à inserção de *do*. Sujeitos são especificadores, objetos são complementos e a literatura da área lança mão dessa diferença para explicar a assimetria. Mas por que em primeiro lugar seria necessário mover tanto o sujeito quanto o objeto (e os adjuntos) para a posição inicial da sentença? Classicamente, esse é o modo de obter a relação de operador-variável adequada exigida para a interpretação das interrogativas. Nos anos 90, desenvolveu-se a ideia de que há um critério WH (cf. Rizzi, 1996), que exige a relação *spec-head* entre um sintagma WH e um núcleo portador do traço [+wh]. No PM, a configuração OP-variável é obtida pelo movimento do sintagma WH para Spec CP para apagar os traços não interpretáveis – portanto, em todas as abordagens, o movimento do sintagma WH para Spec CP é necessário. Contudo, há evidências empíricas de que o sujeito não se move: por exemplo, os efeitos de ilha WH são removidos quando da extração de sujeitos-WH encaixados e a ausência mesma de *do-support* faz crer que o sujeito não vai a Spec CP.

A AD tem um modo elegante de resolver esse paradoxo. Se o que desencadeia o movimento é a necessidade de eliminação de pontos de simetria na estrutura, supõe-se que, após o primeiro movimento que tira a simetria da SC que constitui o sintagma interrogativo, é criado um novo ponto de simetria. Se é o objeto que está se movendo, a hipótese mais razoável é a que o novo ponto de simetria envolva o núcleo verbal e por isso o sintagma WH deve se mover para uma posição onde

1 Para o PM, pode haver mais de um especificador por núcleo (cf. Chomsky 1995), mas na teoria de Kayne (1994), onde não há diferença entre especificadores e adjuntos, o LCA determina que pode haver no máximo um especificador/adjunto por núcleo.

nenhum núcleo visível o c-comande, isto é, Spec CP. Para Moro, *do-support* é a evidência de que uma camada adicional de estrutura frasal foi posta em jogo, pois adjunção a IP violaria o LCA. Contudo, ainda é preciso explicar por que Cº teria de ser visível...

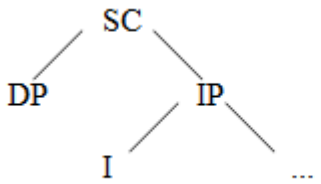
Por outro lado, no caso do sujeito, adjunção do sintagma WH a IP é compatível com LCA (porque a neutralização do primeiro ponto de simetria não induz a criação de um outro ponto de simetria), pelo menos em inglês. Assim, a AD explica a assimetria entre o sujeito e o objeto, ainda que deixe sem explicação por que um adjunto não pode ser extraído por sobre um sujeito WH. Tradicionalmente se defenderia movimento coberto para o sujeito em LF (e teríamos que falar algo ainda sobre localidade em LF), mas a AD, combinando a definição de c-comando de LCA com Minimalidade Relativizada, consegue derivar esse efeito de bloqueio seletivo de sintagmas WH em adjuntos: segundo Rizzi (1990), as cadeias de adjuntos precisam tanto da regência por antecedência quanto da regência por núcleo; o sintagma WH no Spec DP pode c-comandar fora do DP, o que é suficiente para bloquear a regência por antecedência do adjunto. E por que Cº teria que ser visível? Para Moro, essa exigência é independente da teoria de movimento; em geral, não é necessário realizar C abertamente, como mostram as declarativas, mas dependendo do conteúdo de Force, C pode ser realizado – na expressão de ordens e desejos, por exemplo.

Para estudar o movimento WH nas sentenças encaixadas e de dentro delas, o autor toma os verbos *believe* e *wonder*, que mostram movimento para o Spec CP matriz e para o Spec CP intermediário, respectivamente. Esses verbos colocam as seguintes questões para o quadro da AD: (i) o que força o movimento WH para a matriz com *believe*? (ii) como se neutraliza o ponto de simetria com *wonder* de tal modo que não é necessário o movimento do sintagma WH para a periferia da sentença matriz?

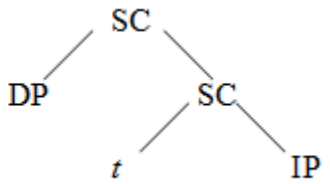
Começando pela segunda questão, a hipótese defendida por Moro[2] é que o ponto de simetria que desencadeia movimento WH da subordinada deve ter relação com IP. Mas de que modo? A resposta se liga diretamente a como a predicação é implementada na sintaxe. Dentro da AD, as SCs nuas são as únicas estruturas predicativas, o que implica que IP deve formar uma SC com o NP sujeito e assim todas as sentenças têm um ponto que deve ser neutralizado.

Que estratégias poderiam ser utilizadas para a neutralização do ponto de simetria entre o sujeito e o predicado na SC? Uma saída será adjungir o sujeito à SC (transformando (4a) em (4b) – originalmente representações (67) e (68)), de onde o sujeito c-comanda assimetricamente a SC e seu conteúdo:

(4) a.



b.



Assumindo que a AD está correta em seu tratamento, chegamos a uma visão muito distinta do que

2 O autor examina as diferentes possibilidades do CP enriquecido e mostra, com base em uma série de testes, que não é possível apontar alguma posição dentro do sistema CP como alvo do movimento.

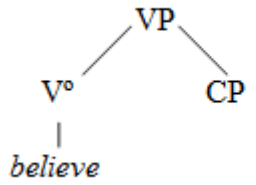
é a complementação oracional de interrogativas encaixadas. O conjunto de exemplos que o autor examina está em (5) abaixo – originalmente, o exemplo (69):

(5) a. This boy read a book.
b. Which boy read this book?
c. John believes (that) this boy read a book.
d. Which boy does John believe Cº read a book?
e. John wonders which boy read a book.

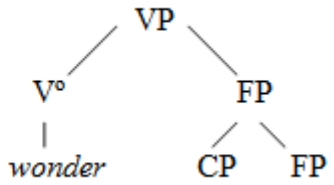
Segundo a AD, todos os pontos de simetria existentes entre o sujeito e o IP podem ser neutralizados. (5a) é o caso trivial, em que o sujeito se adjunge à SC complemento de um Cº raiz [-wh] vazio e assim neutraliza a simetria. Em (5b), por outro lado, o sujeito se adjunge à SC complemento de um Cº raiz também vazio, porém com a especificação [+wh], neutralizando de todo o modo a simetria; (5c) é o caso da declarativa encaixada, em que o sujeito [-wh] se adjunge à SC complemento de um Cº encaixado [-wh] vazio. Em (5d), contudo, o sintagma *which boy* não pode se adjungir à SC complemento do Cº encaixado, porque um argumento [+wh] se adjungiria a um Cº [-wh] selecionado pelo verbo mais alto, violando propriedades selecionais, e ao final *believe* estaria regendo dois núcleos, um [+wh] e outro [-wh]; desse modo, a neutralização do ponto de simetria seria impossível e o movimento para a oração matriz seria obrigatório. Em (5e) a adjunção da SC ao Cº encaixado é gramatical porque é consistente com as exigências selecionais (tanto o Cº quanto o argumento são [+wh]).

No entanto, esse raciocínio coloca toda a questão no léxico e não há nenhuma maneira óbvia de testar independentemente essa asserção sobre a seleção [+wh] ou [-wh] do complementizador. Fazendo talvez a hipótese mais controversa do texto todo, Moro supõe que não há variação na seleção do C encaixado: se C é selecionado por V, então ele é [-wh], o que implica que questões não podem ser complementos. Mas como parece indiscutível que o Cº que segue *wonder* seja [+wh], a diferença entre *believe* e *wonder* deve ser de estrutura. A proposta é que (6) – originalmente (71) – seja a representação arbórea desses verbos:

(6) a.



b.



A diferença entre (5d) e (5e) pode ser imediatamente derivada dessas representações: enquanto em (6a) o verbo matriz governa C, em (6b) na verdade o verbo matriz governa Fº e, portanto, Cº pode ter o traço [+wh]. É evidente aqui que o modo de neutralizar o ponto de simetria é diferente em cada um dos verbos; em particular, na complementação de *wonder* o sujeito [+wh] pode se adjungir ao C encaixado, que pode portar o traço [+wh] visto que não é regido pelo verbo matriz – aqui, a estratégia é similar à usada pelas sentenças raízes como (5b), que exploram a periferia esquerda imediata, pois em ambos os casos o sujeito pode ocupar uma posição mais baixa que a do objeto, dando lugar aos efeitos de localidade conhecidos.

A questão que se coloca então é saber se existe evidência independente para assumir (6b). E a resposta é sim, há, se se consideram os efeitos de localidade na extração a partir do complemento de *wonder*. É fato conhecido que extração a partir do CP complemento de *wonder*, diferentemente da de *believe*, enseja violação de Subjacência. No caso de *believe*, a extração é ilícita se há material no CP intermediário, mas a extração de argumentos é melhor que a de adjuntos (porque as cadeias de adjuntos precisam de regência por antecedência e por núcleo); no caso de *wonder*, sempre há efeito de Subjacência, mesmo quando o CP intermediário está vazio (em construções com *if* ou *whether*). Na literatura, a solução tem sido postular a presença de um OP nulo no Spec CP encaixado no caso de *wonder*, mas não no de *believe*. Adotando-se as estruturas em (6), não é preciso postular um OP nulo, porque a diferença de comportamento se segue da diferença de estrutura.

A respeito da natureza de FP, Moro traça um paralelo interessante com construções do tipo *it is that John left*, em que a ausência de um predicado visível é interpretada como um predicado proposicional do tipo "o fato é que p", que é muito próximo do modo que se interpreta o complemento de *wonder*: "John wonders if p" é fundamentalmente o mesmo que "John wonders if p is true". Além disso, há verbos como *say*, *know* ou *predict* que aceitam tanto (6a) quanto (6b), e seria interessante averiguar se, por exemplo, quando *say* se comporta como *wonder*, os mesmos efeitos de localidade podem ser encontrados e podem receber a mesma explicação.

Para a AD, as construções com múltiplos especificadores oferecem o ambiente típico desencadeador de movimento. Contudo, seria preciso ainda mostrar que o movimento não é uma propriedade inerente à construção, completamente independente da existência de pontos de simetria nela. O dado chave para mostrar que não é esse o caso seria uma construção com especificadores múltiplos em que uma categoria vazia gerada na base não desencadeasse movimento (o que, adicionalmente, reforçaria a hipótese de que as categorias vazias não interferem na linearização). E, de fato, quando está sob exame a concordância verbal em sentenças copulares do italiano, o que se observa é concordância sempre com o sujeito da predicação, independentemente da sua posição, como mostrado em (2). Ora, se não queremos abandonar a ideia de que concordância é uma relação entre o especificador e o núcleo, a conclusão inescapável é que o predicado pré-posto em italiano não ocupa Spec IP. Mas o que ocupa Spec IP então? Para Moro, é *pro*, sempre presente em italiano, que ocupa Spec IP, "concordando" com *eu* em (2c), por exemplo, o que pode ser lido como resultado da natureza assimétrica dos dois DPs com respeito às suas propriedades referenciais.

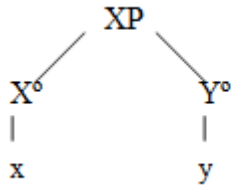
Por outro lado, se *pro* ocupa a posição Spec IP, a questão agora é saber onde está o DP predicado pré-verbal. Claramente houve movimento, porque a SC tem um ponto de simetria que deve ser neutralizado. Duas possibilidades de localização desse DP se apresentam: ou está no sistema CP, ou está adjunto ao IP. Há uma série de diagnósticos para as posições do sistema CP que permite descartar essa hipótese e assumir que se trata mesmo de adjunção ao IP, dando lugar a uma estrutura como em (7) abaixo – originalmente (88):

(7) C^o $[_{IP}$ $[_{DP}$ la causa... $[_{IP}$ *pro* sono [queste foto ...] t]

Este é um exemplo claro da construção com especificadores múltiplos, numa configuração em que [$_{DP}$ la causa ...] e *pro* se c-comandam mutuamente mas, porque *pro* é uma categoria vazia, não é desencadeado o movimento. A previsão é que se *pro* for substituído por um pronome lexical, a construção é impossível, o que parece corresponder à realidade dos fatos.

A terceira e última fonte de assimetria a ser examinada por Moro diz respeito às construções da forma núcleo-núcleo. A estrutura em jogo é a que se vê em (8) abaixo – originalmente a representação (92):

(8)



Essas são estruturas incompatíveis com o LCA mas podem ser geradas desde que o movimento venha resgatá-las antes de Spell-Out. Contudo, observe-se que a razão do resgate aqui é distinta da que move o resgate de estruturas XP: aqui não há modo de linearizar *x* e *y*, não é um problema de paradoxo de ordens conflitantes; neste caso, o movimento é que induz a ordem linear.

A representação arbórea em (8) é empiricamente relevante para o movimento dos clíticos. Na Teoria X-barra padrão, não existe modo de gerar um XP com dois núcleos; além disso, considerações de ordem temática e de propriedades selecionais também excluem uma tal estrutura. Já no PM, *merge* não tem acesso a nenhuma informação salvo de traços lexicais; mas mesmo no caso de nomes nus, a teoria diz que tem estrutura escondida ali, talvez um Dº. Por seu turno, na teoria de Kayne, nada impede de postular que um nome, mesmo nu, seja dominado por mais que um nó terminal. É mais ou menos o que Kayne assume em seu tratamento para os nomes próprios e para os pronomes, se bem que esta solução não distinga em princípio os clíticos dos pronomes tônicos. E para a AD, a relevância empírica de (8) deriva exatamente da possibilidade que se abre aí para o tratamento dos clíticos nas línguas românicas, já que o movimento é o que resolve o ponto de simetria que se cria entre o clítico e o verbo do qual é irmão[3].

Moro utiliza dados do italiano e de seus dialetos para exemplificar a configuração núcleo-núcleo. O italiano tem um sistema de clíticos bastante rico e complexo, com clíticos flexionados ou não, que se movem dando lugar tipicamente a construções com próclise. Quando se compara o clítico *la* com o pronome tônico *lei*, vê-se que a distribuição é distinta. Para a AD, *la* deve se mover para eliminar o ponto de simetria, mas *lei* não precisa se mover porque nenhum ponto de simetria é criado, dado que a estrutura interna do pronome tônico é mais rica. Como provar essa afirmação?

O estudo dos dialetos do norte da Itália fornece evidências de que este é realmente o caso. Tomemos o dialeto de Pávia; nele temos clíticos e pronomes tônicos, com algumas restrições de coocorrência;

3 Chomsky (1995) parece ter notado essa conexão entre movimento do clítico e linearização, mas como no PM o movimento é destinado exclusivamente a apagar traços não interpretáveis em LF, não há generalização a ser formulada; apenas a AD defende que o movimento é o único modo de linearizar esses elementos.

em particular, o pronome tônico *lu* coocorre com um pronome não clítico locativo dêitico, *lì*, mas o clítico não. A hipótese de Moro é que eles formam uma SC como [$_{SC}$ lu lì], criando um ponto de simetria que deve ser neutralizado. Dado que a ordem linear é *lì lu*[4], deve haver um núcleo Fº que forneça um lugar de pouso para o movimento de *lì*.

Não é difícil justificar a presença do núcleo F na estrutura do pronome tônico. Vários fenômenos ligados à sua distribuição apontam para isso. Por exemplo, uma propriedade semântica notável é o fato de pronomes tônicos poderem ser focalizados, enquanto clíticos não. A literatura recente entende que o foco é codificado na sintaxe, no domínio frasal como uma posição na periferia esquerda da frase e, no domínio nominal, uma posição na periferia esquerda de D. Assim, a presença de Dº com *lu* recebe suporte indireto da coocorrência com *lì*.

Moro encerra o capítulo com algumas questões sobre outros fenômenos que, da perspectiva da AD, deveriam ser motivados pela existência de pontos de simetria de modo a justificar o movimento. Por exemplo, a construção passiva receberia tratamento adequado dentro dessa teoria? E cadeias de movimento, como Vº→Iº→Cº, estariam previstas? Evidentemente, a resposta para essas questões depende de trabalho futuro sobre a hipótese da antissimetria dinâmica, mas de qualquer modo a ideia de que movimento deriva da estrutura sintagmática parece dar frutos suculentos.

O último capítulo do livro Moro reserva para examinar algumas consequências da sua teoria e também para especular sobre resultados possíveis. A AD vê relevância no movimento no nível de PF, como função da geometria da estrutura sintagmática, mais precisamente, como um fenômeno de quebra de simetria; assim, movimento é uma operação cega que se aplica à saída de *merge* para ajustar as estruturas não compatíveis com linearização[5].

Duas questões ainda devem ser abordadas: (i) todo movimento deve ser explicado pela AD? (ii) a AD admite variação paramétrica? A primeira é na verdade uma pergunta sobre a extensão do tratamento dado aos casos paradigmáticos a casos em que a motivação para o movimento – quebra de simetria para efeito de linearização – não se colocaria enquanto tal. O caso mais flagrante é o do movimento coberto, proposto na literatura para capturar restrições na interpretação dos quantificadores, sob a hipótese de que o escopo do quantificador pode ser computado pelo seu c-domínio e também de que quantificadores, como os sintagmas WH, estabelecem relações do tipo operador-variável. Por isso, assume-se que os quantificadores se movem para alcançar a posição de c-domínio apropriada, obedecendo as mesmas restrições que o movimento WH, ainda que não se veja o movimento em PF[6].

A pergunta é direta: a AD é compatível com a ideia de movimento coberto? Evidentemente, duas

4 Há um erro no livro, na página 91, terceira linha, onde o autor afirma que a ordem linear é *lu lì*, o que não faz nenhum sentido na argumentação do texto, nem é consistente com o exemplo (98) dado na página 90.

5 Como nota o autor, esse esforço para reduzir fenômenos sintáticos a fatos configuracionais não é novo em gramática gerativa, e aparece, por exemplo, na discussão de localidade da *Conectedness Theory*, mas também na discussão sobre atribuição temática na estrutura argumental.

6 Este não é o único tipo de movimento coberto proposto na literatura. Também a hipótese de substituição do expletivo *there*, que aparece em Chomsky (1986) seria um caso a ser considerado, embora no PM atualmente os efeitos da substituição de *there* pelo sintagma associado em LF sejam obtidos por outros meios. Em uma versão anterior do PM, havia ainda um outro tipo de movimento coberto: o movimento de núcleos portadores de traços fracos, cuja checagem poderia ser procrastinada até LF. Moro se concentra na discussão do movimento coberto dos quantificadores.

respostas são possíveis. A mais imediata seria não, dado que a motivação da AD para o movimento é a quebra da simetria que impede a linearização em PF (não se pode definir linearização em LF). Assim, após *spell-out*, não há mais razão para qualquer movimento[7]. A segunda resposta, menos imediata, é dizer que sim, entendendo que postular a existência de movimento para neutralizar pontos de simetria não implica em assumir que movimento coberto não existe; no entanto, esse tipo de movimento não poderia jamais ser obrigatório. Ora esse é um grande resultado! De fato, o movimento dos quantificadores em LF nunca é obrigatório, e por isso mesmo temos sistematicamente sentenças ambíguas, como *todos os alunos leram dois livros de Machado de Assis*. Dito de outro modo, o correlato estrutural da ambiguidade é a opcionalidade do movimento[8].

A segunda questão que o autor se dispõe a responder diz respeito ao problema da variação paramétrica, que observamos efetivamente existir na existência e extensão da operação de movimento nas línguas humanas. O LCA definitivamente não tem um desenho capaz de expressar diferenças paramétricas, por exemplo com respeito a direcionalidade, uma impossibilidade que a AD herda. Mas outros parâmetros talvez a AD tenha algum espaço para expressar. É preciso dizer que o conceito e o formato dos parâmetros mudaram substancialmente com o advento do minimalismo, e a variação paramétrica é agora vista como um fenômeno lexical, ligado ao conjunto de traços presentes nos diferentes núcleos funcionais das línguas.

Mas se o que guia o movimento para a AD é a necessidade de neutralizar um ponto de simetria, a pergunta é: o que caracteriza um ponto de simetria? Fundamentalmente duas coisas: (i) o ponto de simetria envolve elementos que pertencem à mesma categoria, que se c-comandam mutuamente; e (ii) são ambos visíveis. Ora, a diferença entre as línguas poderia estar numa dessas duas propriedades. Por exemplo, movimento WH e *do-support* estão envolvidos nas interrogativas objeto porque o movimento do objeto de dentro do VP cria simetria com o sujeito e, por isso, o objeto deve subir mais, o que é sinalizado pela presença de outro núcleo funcional que abriga *do*. Contudo, se o sujeito for um clítico ou ficar numa posição baixa dentro do VP, não vai haver esse ponto de simetria adicional e assim o objeto não precisa ir tão alto, dispensando o núcleo funcional adicional.

Por outro lado, como a AD é sensível a categorias vazias geradas na base (que não implicam em criação de pontos de simetria e, portanto, não exigem movimento), o que se espera é que uma língua com sujeito nulo, por exemplo, não exiba *do-support* com tanta evidência, pelo menos. A predição mais geral parece ser que o movimento será mais pronunciado em línguas com um inventário de categorias vazias menor. Evidentemente, essas especulações ainda aguardam estudo aprofundado, mas as linhas de pesquisa são claras e as predições são facilmente testáveis nas línguas do mundo. Em particular, onde a AD prediz a possibilidade de variação entre as línguas é no conjunto de especificações lexicais da língua, isto é, na capacidade de projetar (o caso dos clíticos) e o conteúdo fonológico (a existência de categorias vazias de diferentes tipos na língua). A correlação entre essas propriedades e o movimento é que deve estar na base de um programa de pesquisa sobre essa teoria.

7 Essa é uma hipótese defendida por razões independentes por Kayne (1998), para quem não existe movimento coberto; para ele, escopo é a interação entre *merge* e movimento aberto.

8 No PM, onde a motivação para o movimento é de ordem morfológica, a opcionalidade do movimento é sempre um problema, que é resolvido em última análise no léxico.

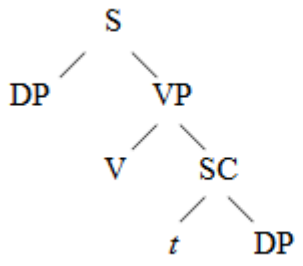
Finalmente, Moro nos oferece um apêndice contendo elementos da sintaxe copular, em que é especialista. A razão é que as sentenças copulares mostram muitas das vantagens teóricas e empíricas da AD, porque se apresentam como casos prototípicos da necessidade de neutralizar pontos de simetria e se encaixam mal numa teoria de movimento baseada em requisitos morfológicos, como a do PM. Além disso, construções copulares nominais (do tipo DP cópula DP) permitem avançar na discussão sobre localidade, tema central desse Apêndice.

O termo 'cópula' não tem definição única em sintaxe; no geral, entende-se como copulares sentenças construídas com o verbo *be* do inglês que conectam um sujeito com um predicado não verbal. As sentenças copulares nominais (isto é, as que possuem um DP como predicado) são as mais interessantes aqui, porque elas se parecem muitíssimo com sentenças transitivas banais da forma DP V DP. Todavia, o que se observa é que em alguns casos o DP pós-verbal das sentenças copulares se comporta como um sujeito, não como um objeto.

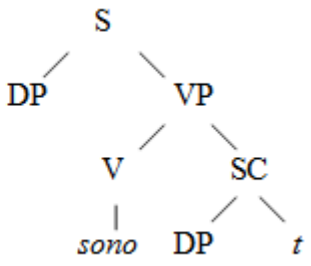
A evidência empírica para essa afirmação é construída com base nos dados de cliticização do italiano, que possui um sistema complexo de pronomes capaz de pronominalizar todo o DP objeto (como os clíticos *lo* ou *la*) ou apenas parte dele (como o clítico *ne*). É preciso frisar que estes clíticos só podem retomar o objeto, jamais o sujeito. O fato concreto então é que objetos de verbos transitivos se deixam pronominalizar sem problemas por esses dois clíticos, do mesmo modo que o DP pós-verbal de uma sentença copular canônica, mas isso é impossível quando tomamos o DP pós-verbal de uma sentença copular inversa, o que leva a pensar que esse DP pós-verbal é na verdade um sujeito – outros fenômenos, como concordância, também reforçam essa assimetria, sugerindo que as funções gramaticais (sujeito, objeto, predicado) podem ser derivadas diretamente da configuração.

Como dar uma explicação unificada para os dois casos? A ideia é que a cópula selecione uma SC e que a copular canônica exiba o alçamento do sujeito da SC, como em (9a), enquanto a inversa alçaria o predicado da SC, ficando seu sujeito *in situ*, como vemos em (9b) – originalmente representações arbóreas (6) e (7) do Apêndice:

(9) a.



b.



Essas representações tornam claro qual é o problema de localidade que as inversas enfrentam: o sujeito pós-verbal da inversa está numa posição similar a do sujeito pré-verbal de uma sentença subordinada, pois em ambos os casos o sujeito é regido por um núcleo não lexical. O fato de a cópula ser um núcleo flexional, não lexical, excluiria a extração de dentro do DP sob uma versão de Subjacência baseada em L-*marking*: a relação estabelecida é de regência, mas Cº e V copular não selecionam o complemento e por isso o DP conta como barreira, bloqueando o movimento de dentro do DP.

Contudo, Subjacência não explicaria por que não é possível mover o DP todo nas inversas (uma operação possível na copulares canônicas). Novamente a analogia com as sentenças subordinadas é útil: o sujeito da copular inversa está na mesma posição que o sujeito pré-verbal de uma sentença encaixada. Em que condições estruturais é possível a extração do sujeito pré-verbal? Rizzi (1990) afirma que o movimento é possível se o sintagma passa pelo especificador de um núcleo regente e ativa a concordância nele; se a posição já está ocupada, o ECP torna a extração impossível. A extensão dessa análise às copulares inversas explica imediatamente a impossibilidade de extração do DP sujeito pós-verbal: o especificador da cópula já hospeda o predicado alçado e assim o sujeito mais baixo não pode sair da SC.

A esse ponto Moro se pergunta se é razoável que dois princípios diferentes sejam responsáveis pela impossibilidade de extração por um lado do DP inteiro e, por outro, da extração de dentro do DP. Na verdade, a resposta afirmativa depende de existir uma construção que permita a extração, por exemplo, de dentro do DP mas não do DP inteiro. As construções existenciais são o caso relevante. A análise detalhada deve rever certas asserções sobre o papel que *there* em inglês ou *ci* em italiano tem (ao invés de tratá-los como expletivos do sujeito, Moro escolhe tratá-los como expletivos do predicado), mas o fato mesmo de essas duas impossibilidades estarem dissociadas favorece o modo de explicá-las que Moro está defendendo.

Embora possa parecer que as estruturas copulares inversas sejam um pequeno rincão da gramática, Moro mostra que muitas construções das línguas humanas podem ser analisadas desse modo. Por exemplo, construções como *it seems CP* podem ser vistas como SCs selecionadas por *seem* com a forma [CP it]. Igualmente, em sentenças como *it's that John left*, o CP é o sujeito e *it* é o predicado da SC. Assim, em todos esses casos, o argumento que segue o V não é o seu complemento, mas o sujeito de seu complemento SC.

É inegável que esse exercício intelectual de Andrea Moro tem resultados surpreendentes. Dentre os mais interessantes está sem dúvida a relação estabelecida entre opcionalidade do movimento e movimento coberto dos quantificadores. No entanto, é um pouco difícil estender essa proposta para línguas que têm movimento WH opcional na sintaxe visível, como parece ser o caso do PB e do francês, por exemplo. Opcionalidade na sintaxe visível, aliás, é um problema para a AD como para o PM e a solução seria fundamentalmente a mesma: correr para o léxico! A solução, no entanto, não é boa: há uma longa discussão sobre as condições pragmáticas que favorecem WH-*in-situ* nas línguas com movimento opcional. Se a intervenção da pragmática não é muito simples de ser incorporada numa explicação minimalista, tampouco o é numa teoria que vê o movimento como neutralizador de pontos estruturais de simetria, antes de *spell-out*.

É interessante notar ainda que a ideia de movimento com motivação fonológica (ou, mais precisamente, prosódica) não é nova. Ela aparece em Zubizarreta (1997), por exemplo. Mas o custo dessa ideia em Zubizarreta é imenso, porque a arquitetura mesma da gramática é posta em xeque nesse trabalho, ao passo que Moro tenta até o fim integrar a ideia do movimento com motivação dada por PF a uma

arquitetura conhecida e aceita pelo menos dentro do PM. Contudo, a hipótese de que as categorias vazias não são visíveis em PF claramente tem que ser abrandada – Moro está pensando particularmente em categorias vazias geradas por movimento, mas a um certo ponto *pro* também entra na generalização. Ora, desde as primeiras discussões sobre *wanna-contraction*, há razões para acreditar que não apenas a sintaxe, mas também PF, reconhecem diferentes propriedades nas diferentes categorias vazias. Mais recentemente, Nunes e Santos (2009) mostraram que no PB o fenômeno de retração de acento é sensível ao tipo de categoria vazia que temos em jogo – de acordo com o julgamento dos autores, *pro* bloqueia a retração, mas variáveis não, como mostram os exemplos (10):

(10) a. Eu encomendei esse livro depois que ela *perdeu *pro* ontem
b. Que livro você encomendou depois que ela perdeu *t* ontem?

Evidentemente, o fenômeno da retração de acento, jamais obrigatório, é muito distinto do problema da linearização que Moro está estudando, que é uma propriedade geral e necessária de todo enunciado, mas de qualquer modo os exemplos acima mostram que PF tem, sim, acesso a algumas informações da sintaxe, em particular sobre os diferentes tipos de categoria vazia. A insensibilidade da linearização ao tipo de categoria vazia ainda deve ser investigada e de qualquer modo deve ser formulada de maneira mais precisa, menos abrangente, portanto.

Muitos outros fenômenos devem ainda ser investigados para que a proposta de Moro seja avaliada em toda a sua extensão. Todavia, como o próprio Moro afirma em diversos momentos do seu livro, a teoria não é vaga com respeito às predições que faz e o exame detalhado dessas questões empíricas só contribui para o aprofundamento do nosso conhecimento das línguas humanas.

REFERÊNCIAS

Chomsky, N. (1986) *Barriers*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

_____ (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

Kayne, R. (1994) *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

_____ (1998) Overt vs. covert movement. *Syntax* 1: 128-191.

Nunes, J. & R. Santos (2009) Stress shift as a diagnostics for identifying empty categories in Brazilian Portuguese. In: Nunes, J. (ed.) *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., pp. 121-136.

Rizzi, L. (1990) *Relativized Minimality*. Cambridge, MA: The MIT Press.

_____ (1996) Residual verb second and the Wh criterion. In: A. Belletti & L. Rizzi (eds.) *Parameters and functional heads*: essays in comparative syntax. New York; Oxford: Oxford University Press, p. 64-90.

_____ (1997) The fine structure of Comp. In: L. Haegeman (ed.) *Elements of grammar.* Dordrecht: Kluwer.

Rouveret, A. & J.-R. Vergnaud (1979) Specifying reference to the subject. *Linguistic Inquiry* 11, vol. 1, pp. 97-202.

Zubizarreta, M.L. (1998) *Prosody, Focus, and Word Order*. Cambridge, MA: The MIT Press.